

Curso de Extensão em Cidadania, Governança e Desenvolvimento Social e Ambiental

Universidade Federal de São João del-Rei

**Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Programa de Extensão Ecocidades

**Programa de Extensão Cidadania e Justiça
Ambiental**

Processos de construção das desigualdades urbanas

Eder Jurandir Carneiro

Núcleo de Investigações em Justiça
Ambiental (NINJA)

Departamento de Ciências Sociais / UFSJ

1) A urbanização na semiperiferia da economia-mundo de acumulação

- a modernização recuperadora brasileira na segunda metade do século XX
- 1940: população urbana representava 26,5% do total; em 2000, 81,2%; nesse período, as cidades passaram a abrigar mais 125 milhões de pessoas; hoje, moram nas cidades brasileiras mais de 145 milhões de pessoas;
- a concentração fundiária secular, reforçada pela Lei de Terras (1850), se intensificou no período => gigantesco processo de proletarianização/expropriação de milhões de camponeses, ribeirinhos, indígenas etc., que serão a mão-de-obra barata de nossa modernização recuperadora;

- **nossa modernização recuperadora determinou fortíssima concentração de renda, com a formação de grande classe média consumidora de bens duráveis e enorme massa de pobres;**
- **divisão internacional do trabalho: industrialização baseada na produção de bens intermediários e primários, altamente intensivos no consumo de condições naturais, energia, espaço, territórios, mão-de-obra barata;**
- **o colapso da modernização recuperadora na desindustrialização endividada: movimentos sociais urbanos, nos anos 1978-1980; neoliberalismo e “desgovernamentalização” nos anos 1990/2000;**

- em poucas décadas, houve um gigantesco processo de construção das cidades; no período 1950-1980, formação e concentração da população nas grandes metrópoles; pós-1980: maior crescimento proporcional das cidades médias;
- cidades brasileiras como “cidades duais”: na ausência de políticas públicas habitacionais e de universalização do acesso à cidade, imperam os interesses de acumulação/especulação ligados ao mercado imobiliário (capital imobiliário, empreiteiras etc.): valor da força de trabalho não incorpora o acesso à moradia e à cidade via mercado formal => construção da “cidade ilegal” (mais de 50% das grandes cidades formados por aforamentos, ocupações, favelas, loteamentos irregulares, autoconstrução de moradias e de equipamentos de infraestrutura lutas urbanas; precariedade de infra-estrutura urbana; ocupação de áreas que não interessam ao capital imobiliário: áreas inundáveis, com desmoronamento de encostas, de proteção ambiental, próximas a lixões, distantes dos centros etc.);

- **construção da “cidade legal”, das classes médias e altas, que podem comprar habitação e cidade no mercado formal, em locais centrais/seguros;**
- **disseminação de valores e “ilhas” de consumo de bens distintivos versus impossibilidade estrutural de sua universalização: violência e narcotráfico, penalização das populações de baixa renda (genocídio);**
- **os capitais que controlam o mercado imobiliário também controlam o poder público (em seus vários níveis), de forma que esses investimentos “valorizem” determinadas áreas, proporcionando lucros privados à custa do dinheiro de todos os cidadãos;**
- **os poucos recursos investidos na “cidade ilegal” prestam-se à reprodução dos esquemas populistas/clientelistas de poder e à cultura da subserviência e troca de favores etc.**

2) Leis, planos, instituições, conselhos...

- junto com essa realidade urbana extremamente desigual, construiu-se, ao longo dos anos, um complexo arcabouço de leis, planos, instituições e canais de “participação” referentes à gestão urbana; não há aqui contradição: o controle de fato da destinação dos recursos públicos, permite às classes dominantes conviverem com essa institucionalidade e utilizá-la como mecanismo de legitimação da ordem e de controle da insatisfação popular;
- as leis são aplicadas casuisticamente, os planos são feitos para não serem cumpridos, a participação é meramente aclamativa, mistificadora (exemplo: “paridade” de representação Estado x “sociedade civil”);

- **por isso, o que precisamos é de mobilização e fortalecimento dos setores populares, para fazer valer a institucionalidade existente e promover a gestão urbanas democratizante, que universalize o direito à cidade como direito de cidadania; para isso, é preciso fazer aplicar os instrumentos urbanísticos de promoção da função social da propriedade;**
- **e essa é uma questão política, que envolve necessariamente o conflito entre os interesses populares e os interesses ora dominantes; essa luta perpassa as instituições da sociedade civil e da sociedade política.**